Elite e classe dominante:
notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites

Danilo Enrico Martuscelli
Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas.

Agradeço aos colegas Andriei Gutierrez, Armando Boito Jr., Francisco Farias, Henrique Amorim, Leandro Galastri e Luciano Martorano pelos comentários críticos feitos às diferentes fases de elaboração deste texto, assim como à Virgínia Fontes pelas sugestões e críticas feitas à ultima versão.

Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites

O objetivo deste artigo é discutir o significado e os limites da apropriação da noção de elite por certas análises vinculadas à tradição teórica marxista, em especial sua variante anglo-saxônica representada pelos trabalhos de Tom Bottomore e Ralph Miliband. Entendemos que esta apropriação conceitual corrobora a tese elitista da separação dos poderes econômico e político, do enfoque subjetivista do poder e da concepção economicista das classes sociais. Polemizando com o marxismo com inspiração na teoria das elites, sustentamos que há uma correlação entre poder político e econômico que só se separam em situações excepcionais, cuja tendência é o restabelecimento da cumulatividade de poderes num momento posterior. Além disso, indicamos que a noção de elite não é adequada para a compreensão das relações de poder, entendidas aqui, de modo restrito, como relações de classe.

Palavras-chave: elite, classe dominante, marxismo.

Elite and ruling class: notes on elite theory inspired Marxim

The purpose of this article is to discuss the meaning and the limits of the appropriation of the notion of "elite" by some analysis linked to the Marxist theoretical tradition, especially its Anglo-Saxon variant represented by Tom Bottomore and Ralph Miliband's writings. This conceptual appropriation confirms the elitist thesis of separation of the economic and political powers, of the subjective approach of power and of the economicist conception of social classes. Debating against the elite theory inspired Marxim, we sustain that there is a correlation between economic and political powers. These powers are split only in exceptional circumstances and, even so, these circumstances tend to subsequently restore the bond between those two kinds of power. Besides, we indicate that the notion of "elite" is not adequate to understand the relationships of power, conceived here, in a restrict way, as class relationships.

Keywords: elite, ruling class, Marxism.

O trabalho de exposição teórica, via de regra, enfrenta certas dificuldades: seja as advindas da apropriação teórica das palavras e expressões presentes na linguagem cotidiana – o que importa na diferenciação entre o sentido corriqueiro e o significado conceitual das palavras –; seja as procedentes da natureza do discurso teórico – o que implica a distinção entre conceitos teóricos e conceitos concretos, respectivamente, entre conceitos atinentes a objetos abstrato-formais, sem existência na realidade, e conceitos alusivos à singularidade de objetos concretos, isto é, referentes às determinações de existência de tais objetos; seja as derivadas do procedimento através do qual o objeto é tratado – o método; seja, enfim, as oriundas da novidade revolucionária da teoria, que ocorre quando uma teoria rompe os moldes da ideologia teórica dominante (cf. ALTHUSSER, s/d, p. 49-82).

Essas dificuldades do discurso teórico podem ser evidenciadas se tomarmos como objeto os diversos sentidos atribuídos às noções de elite e de classe dominante na teoria política contemporânea. Para efeito de análise, propomo-nos aqui a realizar uma tarefa de menor extensão, mas não menos importante. Procuraremos discutir neste artigo o significado e algumas das consequências teóricas da apropriação da noção de elite por certas análises vinculadas à tradição teórica marxista, em especial sua variante anglo-saxônica representada pelos trabalhos de Tom Bottomore e Ralph Miliband. Lembramos que essa noção foi elaborada pelos teóricos das elites justamente para substituir a noção marxista de classe dominante, considerada inoperante para tratar do poder político, devendo, por isso, restringir-se estritamente à economia. Com isso, destacamos,

desde já, que o debate em torno das duas noções não é secundário, tendo sido alvo de uma acirrada luta entre duas importantes tradições teóricas: o marxismo e a teoria das elites.

O leitor apressado – mesmo em face dessa pugna teórica – poderia sustentar que as noções de "minoria politicamente ativa" ou "elite" e "minoria politicamente dominante" ou "classe dominante" possuem um forte grau de parentesco, podendo ser aplicadas indistintamente na análise dos processos políticos. No entanto, consideramos inoportuno tomá-las de maneira isolada, sem antes apreender o modo como tais noções articulam-se com os demais conceitos das problemáticas teóricas específicas das quais fazem parte.[1] Feita tal apreensão, chega-se à conclusão de que o parentesco entre as duas noções é remoto. Há quatro motivos principais para tal entendimento:[2]

Primeiramente, enquanto a teoria das elites define a existência da "minoria politicamente ativa" como um "fenômeno universal, permanente e eterno", a teoria política marxista caracteriza a "minoria politicamente dominante" como um "fato histórico" cuja existência é permanente apenas nas sociedades de classe. Em segundo lugar, a teoria política marxista correlaciona a dominação econômica de classe e o exercício do poder político – para o marxismo, poder econômico e poder político encontram-se estreitamente vinculados –, tese que é negada pela teoria das elites. Em terceiro lugar, e em decorrência do motivo anterior, o marxismo define a classe dominante como aquela que simultaneamente exerce os poderes econômico e político, ao passo que o elitismo parte do pressuposto da existência, simultânea, de uma classe dirigente que detém o poder político, e de classes proprietárias que

1 A noção de problemática aqui usada foi extraída das análises realizadas por Louis Althusser em *Pour Marx*, podendo designar, a nosso ver, tanto a ideia de um sistema articulado de conceitos (teoria) quanto a de objeto de análise. Neste texto, conferimos à noção de problemática apenas o primeiro sentido.

2 Os dois primeiros motivos elencados foram extraídos das reflexões de Saes (1994a).

detêm o poder econômico. Em quarto lugar, o marxismo define a luta de classe como o elemento propulsor das transformações sociais – nessa perspectiva, não há lugar para a ideia de que as formas de exercício do poder e submissão a ele sejam as mesmas em todos modos de produção –, já o elitismo parte da tese do ciclo permanente e eterno de existência das elites, para compreender a sua aparição, dominação, degeneração e queda, sustentando que os conflitos existentes nas sociedades humanas são exclusivamente intraelites, uma vez que a massa é sempre irracional, não se capacitando para tomar decisões em matéria de política.[3]

Embora, portanto, o parentesco entre a teoria das elites e a teoria política marxista seja longínquo, entendemos que a conjuntura teórica e política de meados do século XX semeou a possibilidade de "incorporação", por parte da variante anglo-saxônica do marxismo, de certos elementos centrais oriundos da problemática teórica das elites. O cerne dessa "incorporação" pode ser evidenciado na tese segundo a qual o poder econômico e o poder político encontram-se separados. Com isso, queremos salientar que tal variante do marxismo não explora em toda a sua extensão a tese marxista da correlação de poderes.

A admissão dessa tese da separação de poderes por parte do que chamaríamos de marxismo inspirado na teoria das elites é reforçada pela relativização da noção marxista de classe dominante e pela aplicação da noção de elite, legada pela teoria das elites, na análise dos processos políticos contemporâneos. Tratemos, pois, de explorar como essa variante marxista anglo-saxônica incorporou certos

3 Para Schumpeter (1984, p. 346), por exemplo, numa democracia, o papel do povo deve ser apenas o de eleger aqueles que formarão um governo: "A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão". Nessa concepção, o povo (ou a massa) é encarado como incapaz de tomar decisões racionais, uma vez que o cidadão típico pode ceder aos impulsos irracionais ou extrarracionais na esfera política, comprometendo assim, a qualidade do processo político. Para uma crítica da tese dos conflitos intraelites e da ideia correspondente do caráter irracional das massas presentes na teoria das elites, ver: Boito Jr. (2002).

elementos presentes na teoria das elites. Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, traçar breves considerações sobre os aspectos principais do processo de renovação do elitismo em meados do século XX – processo encabeçado pelos trabalhos de Wright Mills –, para, em seguida, apresentar as características gerais e os limites da análise marxista inspirada na teoria das elites, ou, mais particularmente, no elitismo renovado.

O elitismo renovado

Grosso modo é possível afirmar que a renovação da teoria das elites foi possibilitada pela publicação da obra *The power elite*, de Wright Mills, em 1956. O que diferencia a análise de Mills da elaborada pelo elitismo tradicional ou clássico é a tese segundo a qual a existência de uma "minoria politicamente ativa" é um fato histórico e não propriamente um fenômeno trans-histórico. Segundo Mills, a partir dos anos de 1930, teria ocorrido um processo de transformação do público em massa, o que fez com que a opinião pública deixasse de ter poder ativo de decisão na sociedade, o qual passara a se concentrar nas mãos de uma minoria, de uma elite.

Analisando a sociedade estadunidense, Mills (1959) observa que houve um processo crescente de concentração e centralização de poder na cúpula de três domínios principais: o econômico (os chefes das grandes empresas), o militar (os senhores de guerra, ou melhor, o alto escalão militar) e o político (os ocupantes dos altos postos de comando do governo). Os ocupantes dos postos superiores desses três domínios seriam aqueles que tomariam as decisões mais importantes na sociedade, sendo, portanto, os responsáveis maiores pelos "destinos dos homens".

Para Mills (1959), embora os três domínios configurem três esferas autônomas de poder, os ocupantes do alto escalão de tais domínios teriam em comum a origem social, a carreira e os critérios de admissão, a promoção, o louvor e a honra. Isso possibilitaria a

formação de uma unidade de interesses entre eles e, assim, a constituição de uma elite unificada ou elite do poder.[4]

Quando analisa a constituição de uma elite unificada e a existência de um poder nacional para explicar o modo como as decisões são tomadas na sociedade estadunidense, Mills opera uma *dupla crítica*: em primeiro lugar, à teoria pluralista, pois rejeita a idéia de equilíbrio de poderes, de poder difuso, fragmentado e local;[5] em segundo lugar, à teoria marxista, visto que considera o uso da noção de classe dominante ineficaz para explicar o exercício do poder político. De acordo com ele, o uso da noção de classe dominante sugere a ideia de que a classe econômica domina politicamente e, desse modo, confere-se pouca autonomia à esfera política e ao domínio militar.

No nosso entender, a obra de Mills enquadra-se numa abordagem de crítica e denúncia do processo de concentração de poder nas mãos de uma minoria e, além disso, trata a formação da elite

4 Apoiando-se na análise de Mills acerca da elite do poder, Domhoff salienta que é necessário fazer uma distinção entre elite do poder e classe governante. A segunda definir-se-ia pela posse de uma quantidade desproporcional de riqueza de um país, pelo recebimento de uma quantidade também desproporcional da renda anual de um país e pela emissão de uma quantidade enorme de membros aos cargos governamentais, enquanto que a primeira compreenderia "todos aqueles que ocupam cargos de mando em instituições controladas por membros da classe superior (governante)" (Domhoff, 1985, p. 17). Nesse sentido, a diferença marcante entre os dois autores está no fato de Domhoff sustentar que os membros da elite do poder podem ou não fazer parte da "classe superior", enquanto que Mills sustenta uma correspondência necessária entre as duas.

5 Em linhas gerais, é possível afirmar que a teoria pluralista e a teoria das elites estão inseridas numa mesma problemática teórica no campo de análise dos processos políticos, uma vez que compartilham do mesmo enfoque subjetivista, o qual tem em mira as seguintes perguntas básicas: "quem detém o poder?" ou "quem governa?", isto é, um enfoque que procura localizar o sujeito do poder (Therborn, 1982). O que deve ser ressaltado é que, embora partam da mesma pergunta, as respostas dadas pelos pluralistas e pelos elitistas para o problema do poder são distintas. Enquanto os primeiros afirmam que o poder está distribuído na sociedade entre diversas elites e grupos dirigentes, os últimos sustentam que o poder está unificado e concentrado nas mãos de uma minoria politicamente ativa – a elite do poder.

do poder como um fenômeno histórico. No entanto, o alcance de sua crítica é limitado. Ao partir da concepção de poder como soma-zero para analisar a sociedade estadunidense, ou seja, ao partir da concepção segundo a qual o poder de A em um sistema é necessariamente e por definição obtido à custa de B,[6] a crítica ao poder concentrado pela elite do poder só pode ocorrer num plano meramente quantitativo, através da exigência de redução da concentração de poder e consequente transferência de poder à opinião pública. Sua crítica não vem a sugerir, portanto, a ocorrência de uma revolução social como meio para superar essa concentração de poder.

Poulantzas (1971) apresenta quatro aspectos que são insustentáveis nessa concepção de poder como soma-zero: a) a perda de poder de uma classe não significa automaticamente o acréscimo de poder de outra; b) essa concepção de poder não leva em consideração a especificidade das diversas formas de poder nos diversos níveis (econômico, político e ideológico) e a defasagem existente entre eles, numa escala global de uma formação social, assim, por exemplo, a perda de poder econômico de uma classe não implica necessariamente a perda de poder nos outros níveis, e vice-versa; c) essa concepção de poder tende a considerar a relação conflitual entre grupo dominante e grupo dominado como "uma dicotomia de dois grupos-sujeitos permutando poder-soma zero". Para Poulantzas, o equívoco de tal formulação está no fato de menosprezar-se a existência de numerosas classes e frações nos mais variados níveis, o que significa que a perda de poder de uma classe não pode implicar exatamente o aumento de poder de um "único" grupo existente; d) "esta concepção, aplicada mais particularmente ao nível do poder político, negligencia o problema da unidade deste poder nas suas relações com o Estado, fator de coesão da unidade de uma formação" (Poulantzas, 1971, p. 138-140).

6 Talcott Parsons (1957) foi um dos pioneiros na crítica à concepção de poder como soma-zero, presente na obra de Mills.

Outro limite da análise de Mills pode ser encontrado na própria definição de elite, uma vez que nela apenas se informam o modo como são tomadas as decisões mais importantes e os responsáveis por estas, nada dizendo, pois, sobre o conteúdo de tais decisões. Saes (1994a) salienta que a ausência da discussão do conteúdo das principais decisões era o limite intransponível da teoria das elites, o mesmo se aplica à análise de Mills, que, apesar de renovar o elitismo, não superou esse limite. Sweezy (1965a) polemiza a mistificação embutida na noção de classe dominante governante, que é um símile da noção de elite do poder. Para ele, a classe dominante tem a necessidade de fazer concessões e acordos com a classe trabalhadora, o que a leva a acatar certas decisões distintas das propostas iniciais, mas tais acordos não colocam em xeque o sistema capitalista, ou melhor, desempenham a função de deixar o povo "num estado de ignorância e contentamento suficientes para aceitar o sistema como um todo" (Sweezy, 1965b, p. 156). Portanto, o autor sugere que a classe dominante não governa, visto que não contempla em todas as circunstâncias os seus interesses imediatos. Dessa maneira, podemos considerar que o elitismo, mesmo o renovado, parece não oferecer respostas aos conteúdos das principais decisões da elite do poder. Tal problema é uma decorrência do fato de o elitismo, no limite, negar a correlação entre poder político e poder econômico.

Para compreendermos a relação entre marxismo e teoria das elites, caberia indicar quais fatores presentes na análise de Mills atraem a atenção de certas análises marxistas e possibilitam o surgimento do que chamamos de marxismo inspirado na teoria das elites. Em linhas gerais, vislumbramos três fatores principais, que serão aqui resumidos e melhor detalhados no próximo tópico deste artigo. São eles: a) a tese de ruptura com o elitismo tradicional, ou seja, a tese segundo a qual a relação elite e massa é um fato histórico; b) a elaboração da noção de elite do poder para referir-se a um poder que não se restringe ao âmbito econômico; quan-

to a esse ponto, é interessante retomar as observações de Sweezy (1965a), indicando a existência de duas definições de elite na obra de Mills: uma que supõe a idéia de classes sociais e que concebe as distintas esferas sociais de modo integrado e outra que supõe a idéia de domínios de poder e que toma como concreta a existência de diferentes esferas sociais com estrutura institucional própria; c) a crítica à concentração de poderes da elite do poder estadunidense, o que pode significar, mesmo que de modo indireto, um posicionamento radicalmente contrário ao processo de expansão do capital monopolista.

O marxismo inspirado na teoria das elites

É possível dizer que um dos aspectos essenciais do que denominamos marxismo com inspiração na teoria das elites é a tese segundo a qual as noções de elite e classe dominante são complementares, não sendo, então, necessariamente excludentes. Cabe-nos observar, no entanto, que o sentido atribuído a essa ideia de complementaridade não é o mesmo para todos os autores que se enquadram nessa perspectiva teórica. Enquanto Bottomore (1974) indica que as duas noções podem ser aplicadas, conjuntamente ou em separado, dependendo da sociedade concreta em questão, Miliband (1972, 1999) sustenta que a aplicação de ambos os conceitos é necessária, não sendo possível dissociá-las e adequá-las a situações históricas particulares.

Na análise de Bottomore (1974, p. 15), a noção geral de elite designa os grupos funcionais ocupacionais que "possuem um status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade". Os grupos ocupacionais que o autor destaca são os seguintes: intelectuais, gerentes de indústria e altos funcionários do governo. Enquanto os intelectuais possuem uma posição influente na sociedade pela natureza da atividade que exercem e pelo meio de vida que possuem, a influência exercida pelos demais está mais diretamente li-

gada às suas origens de classe social. Em relação aos gerentes, ainda que estejam cada vez mais conscientes de sua posição como grupo funcional (o que é estimulado por estudos e treinamentos sistemáticos de gerência), nem por isso constituem uma força autônoma da alta classe dos proprietários. Quanto aos altos funcionários do governo, Bottomore (1974) salienta que também não constituem uma força autônoma, pois as decisões políticas que tomam estão, em última instância, submetidas ao controle de alguma autoridade política. Em resumo, Bottomore (1974 e 1978) considera que nenhuma dessas três elites pode atingir a condição de elite governante pelo fato de não deterem poder político. O que elas possuem é a condição de restringir de algum modo o poder dos grupos dirigentes da sociedade.

Na visão de Bottomore, a noção de elite política ou governante é que melhor explicaria o poder nos processos políticos contemporâneos – isso o leva a considerar a noção de classe dominante um tanto quanto problemática para esse intento. Aqui nos defrontamos com uma das teses caras à teoria das elites, segundo a qual as classes ou elites governantes são aquelas que detêm poder político, enquanto as classes dominantes detêm poder econômico. O que chama a atenção nesse tipo de análise é o fato de Bottomore considerar a existência de um grupo social que realmente governa, podendo tal segmento ter, no limite, seu poder restringido e não superado por outros grupos. Nessa abordagem, a utilização simultânea das noções de elite governante e de classes dominantes sugere que o poder político e o poder econômico encontram-se dissociados, ou ainda, que a noção de classe dominante não é operacional para tratar do poder político nas sociedades contemporâneas, devendo, portanto, ser substituída pela noção de elite governante.

Para o autor, o conceito de classe dominante apenas se adequaria plenamente a dois tipos de sociedade: ao feudalismo europeu, no qual havia uma classe guerreira detendo a posse da terra, a força militar e a autoridade pública de uma poderosa Igreja e às

sociedades dos primórdios do capitalismo, nas quais a ascensão da burguesia na esfera econômica se deu concomitante à aquisição de novas posições de poder e prestígio.

No desenvolvimento das sociedades capitalistas, o uso da noção de classe dominante perderia força, pois a burguesia não seria tão coesa como teria sido num momento inicial ou como fora a nobreza feudal. Para Bottomore, haveria dois elementos centrais que explicariam essa falta de coesão ou desvio dessa noção: a) a classe dominante nas sociedades capitalistas goza de poder econômico, mas não de um poder sem contestações e irrestrito que lhe permita manter seus direitos de propriedade ou transmiti-los intactos de geração a geração; b) o modelo classe dominante-classes dominadas pode perder sentido quando um grupo que detém poder na sociedade não se constitui como classe. Em síntese, a noção de classe dominante só poderia ser aplicada nos casos em que houver um grupo social com elevado grau de coesão.

Bottomore sustenta, assim, que as noções de elite ou de classe dominante referem-se a aspectos distintos da vida social e a diferentes sociedades, levando-o a indicar que, com a ajuda dessas noções, é possível:

> (...) distinguir entre sociedades nas quais exista uma classe dominante e ao mesmo tempo elites que representem aspectos particulares de seus interesses, sociedades em que não exista uma classe dominante, mas uma elite política que baseie seu poder no controle da administração ou da força militar, e não na posse ou herança em si; e sociedades nas quais exista uma multiplicidade de elites entre as quais não se consiga distinguir nenhum grupo coeso ou duradouro de indivíduos ou famílias poderosas (Bottomore, 1974, p. 43).

Nesta curta passagem, podemos encontrar a ideia de que a classe dominante define-se pela posse de riqueza pessoal e de herança a qual pode transmitir às outras gerações. Para esse autor, a origem

social dos membros da classe dominante não lhes confere, num momento posterior, poder político, uma vez que, no capitalismo, teria ocorrido um processo de autonomização das esferas política e econômica. Isso significa que o poder político não está associado ao acúmulo de poder econômico, mas ao grau de coesão ou de divisão das elites nas sociedades contemporâneas.

À luz dessas observações, talvez seja possível indicar que Bottomore, antes de engajar-se no trabalho de construção de uma teoria marxista das classes sociais, esteja muito mais empenhado em fazer uma análise dos grupos funcionais e da estrutura ocupacional da sociedade capitalista e, por consequência, de analisar o papel que as variadas elites cumprem nessa sociedade. A raiz desse problema encontra-se justamente na dissociação que Bottomore faz entre poder político e poder econômico na análise do capitalismo e, consequentemente, dos grupos que dirigem ou dominam cada uma dessas esferas sociais. Cabe-nos ressaltar, por fim, que a ideia de dissociação de poderes aparece de modo muito mais radical na obra de Bottomore do que nas reflexões de Miliband sobre esse tema – como veremos a seguir.

A obra *O Estado na sociedade capitalista*, de Ralph Miliband, é marcada por uma nítida polêmica com a teoria democrático-pluralista e pela tentativa de incorporação ao marxismo do que denominamos, acima, elitismo renovado. Para realizar a crítica às concepções democrático-pluralistas, o autor parte da constatação da escassez de estudos do Estado como instituição, para, em seguida, destacar o fato de que alguns "estudiosos da política" têm sustentado, de maneira equivocada, que "o poder nas sociedades ocidentais é competitivo, fragmentado e difuso" (Miliband, 1972, p. 12). A decorrência teórica dessa formulação, segundo ele, é a de que no sistema político todo mundo tem poder de decidir, mesmo aqueles que estão no "fim da fila", ou ainda, de que o papel do Estado é acomodar e reconciliar todos os interesses presentes na sociedade. Assim, essa concepção de poder exclui "a noção de

que o Estado poderia ser uma instituição de tipo especial, cujo principal objetivo é defender o predomínio na sociedade de uma determinada classe" (Idem, p. 14).

Ao tratar essa questão, Miliband procura discutir dois pontos principais: a concentração de poder econômico nas sociedades capitalistas e a transnacionalização crescente da propriedade e da administração das grandes companhias. Desse modo, o autor polemiza com a tese segundo a qual os executivos ou administradores podem ser concebidos como uma nova classe, sustentando que, a despeito do crescimento da separação entre propriedade e controle nas grandes companhias não houve a formação de uma força social distinta e autônoma. Como ele salienta:

> O administrativismo significa que os elementos mais importantes da propriedade capitalista cresceram demasiado para ao mesmo tempo permanecerem e serem controlados pelos empresários proprietários (Miliband, 1972, p. 54).

Em outros termos, esse fenômeno de fato marca uma fase de transição, mas esta não ultrapassa os marcos do capitalismo. Nesse sentido, os objetivos dos executivos ou administradores não vão além da preservação e fortalecimento da propriedade privada, do controle dos recursos disponíveis da sociedade e, consequentemente, da ampliação dos lucros daí resultantes.

No entanto, Miliband chama a atenção para o fato de existir uma pluralidade de elites econômicas as quais constituem grupos e interesses distintos nas sociedades capitalistas avançadas, podendo em grande medida interferir no processo político. Para ele, as elites econômicas, "graças à propriedade ou ao controle ou a ambos, comandam muitos dos setores mais importantes da vida econômica" (Miliband, 1972, p. 27-28) e integram a classe dominante, que é "caracterizada por um elevado grau de coesão e solidariedade,

com interesses e objetivos comuns que transcendem bastante suas diferenças específicas e suas discordâncias" (Idem, p. 66).

Importa-nos destacar aqui que a ideia de compatibilidade das noções de elite e classe dominante sugerida por Miliband não se confunde com a ideia de "conceitos complementares" adotada por Bottomore, uma vez que a ideia de complementaridade indica que os dois conceitos podem ser aplicados, conjuntamente ou em separado, dependendo da sociedade concreta em questão, enquanto que a ideia de compatibilidade entre os dois conceitos é aplicada necessariamente, não sendo possível, portanto, dissociá-las e adequá-las a situações históricas particulares. Para Miliband, nas sociedades capitalistas avançadas sempre haverá uma pluralidade de elites que comporá a classe dominante – o que indica que a noção de elites, diferentemente da análise de Bottomore, está contida na noção de classe dominante.

No pequeno ensaio intitulado *Análise de classes*, Miliband faz uma apresentação um pouco mais detalhada do que entende por elites e classe dominante, e as relações que há entre essas duas noções. Miliband sustenta que a classe dominante não pode ser definida em termos de propriedade dos meios de produção, mas a partir do controle efetivo que possui sobre três fontes principais de dominação: "os meios de produção (incluindo-se a propriedade), os meios de administração e coerção do Estado, e os principais meios para estabelecer a comunicação e o consenso" – formando o que ele chama de estrutura de dominação na qual:

> Uma classe que possua ou controle os meios de produção deve também ter uma adequada segurança, pelo menos, com relação à boa vontade e à proteção daqueles que controlam os meios de administração e coerção; e os que controlam o Estado devem ser capazes de confiar na cooperação daqueles que possuem ou controlam os meios de produção. É provável que os principais meios para estabelecer a

> comunicação e a aprovação decorram do controle dos outros dois meios (MILIBAND, 1999, p. 476).

Cumpre-nos observar, no entanto, que essa tentativa de tornar a noção de classe dominante mais complexa esbarra em limites, quando Miliband simplifica o que vem a ser o objetivo comum dessa classe: a defesa e o fortalecimento da ordem social existente. Nesse ponto, salientaríamos que até mesmo a classe operária, ao lutar por melhores salários e por direitos sociais básicos, teria por escopo – ainda que inconscientemente – o aperfeiçoamento do capitalismo, tornando-o mais "suave".

Miliband parece situar no mesmo nível de análise a teoria das classes sociais e a teoria da estratificação social ao se referir aos membros da classe dominante – que, segundo ele, encontram-se divididos em duas camadas: a elite do poder e a burguesia.[7] Para ele, *em decorrência da separação institucional do poder econômico e do poder estatal nas sociedades capitalistas avançadas*, a elite do poder passou a ser constituída por duas dimensões principais:

> Por um lado, há as pessoas que controlam as poucas centenas de grandes empresas industriais financeiras e comerciais no setor privado da economia, às quais se pode acrescentar as que controlam as indústrias dos meios de comunicação do setor privado (e que podem, naturalmente, incluir algumas das pessoas que controlam outros setores capitalistas). Por outro lado, há as pessoas que controlam as posições de comando do sistema estatal (...) e esse elemento inclui também as pessoas que controlam as empresas públicas ou estatais e a mídia no setor público (MILIBAND, 1999, p. 478).

7 Essa tese está presente também em outro livro deste autor: MILIBAND, 2000, p. 35-37.

Enquanto a outra "camada", a burguesia, numericamente maior, apresentaria duas distintas subcamadas: a comercial e a profissional, respectivamente:

> (...) as pessoas que possuem e controlam um grande número de firmas de porte médio (...) [e] por uma ampla classe profissional de homens e mulheres (principalmente homens), composta de advogados, contadores, cientistas, arquitetos, médicos, funcionários civis e militares de média categoria, professores e administradores veteranos na educação superior, peritos em relações públicas e muitos outros (Miliband, 1999, p. 478-479).

Na visão de Miliband, a distinção entre a "camada burguesia" e a "camada elite do poder" da classe dominante se dá em virtude de a burguesia "não ter nada que possa ser chamado de seu poder" (Miliband, 1999, p. 479), apesar de exercer poder em diversas esferas sociais. Isso denota que a "camada elite do poder", diferentemente da "camada burguesia", traduz um significado análogo à noção de minoria politicamente ativa ou classe política, presente na teoria das elites – o que resulta na identificação de um sujeito de poder. Nessa definição, os poderes político e econômico são desconectados um do outro, o que faz Miliband aproximar-se da tese elitista da disjunção de poderes. Em passagem de escrito anterior, essa questão fica explícita:

> (...) a mais importante de todas as questões suscitadas pela existência dessa classe dominante é a de saber se ela constitui também uma "classe dirigente". Não se trata de saber se essa classe detém uma porção substancial de poder e influência política. Ninguém pode negar seriamente que ela o detém: pelo menos, não se poderia levar a sério quem o fizesse. Trata-se de uma questão diferente, ou seja, a de saber se essa classe dominante dispõe também, em grau muito maior do que qualquer outra classe, de poder e influência; se ela o exerce como

> grau decisivo de poder político; se a sua propriedade e o seu controle de áreas vitalmente importantes da vida econômica lhe asseguram também o controle dos meios de decisão política, meio político particular do capitalismo contemporâneo (MILIBAND, 1972, p. 66).[8]

O autor considera que essas duas camadas se distinguem do restante da sociedade por conta de seus membros deterem uma riqueza pessoal desproporcional nas sociedades capitalistas avançadas. Assim, a classe dominante é definida em termos das posições elevadas que os agentes ocupam nas esferas política e econômica e da escala altíssima de renda que os mesmos detêm em virtude de tais posições.

Sob essa perspectiva, é possível dizer que a concepção de classe dominante formulada por Miliband está mais diretamente ligada à problemática da estratificação social. As ideias de riqueza pessoal, rendimento, ocupação, relações interpessoais, recrutamento são alguns dos indicadores dessa problemática que aparecem não só nos textos de Miliband, mas também nos textos de Mills e Bottomore.

Tratemos de explicitar e sintetizar os nossos pontos de desacordo com o marxismo inspirado na teoria das elites. Para tanto, utilizaremos, fundamentalmente, como base de argumentação, algumas das teses desenvolvidas por Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais*.

---

8 Codato e Perissinotto (2001) parecem chegar a um argumento bastante próximo do exposto por Miliband, ao negarem a correlação existente entre poder político e poder econômico nas sociedades capitalistas, e sustentarem a tese de que uma classe ou fração pode ser economicamente dominante, sem que seja politicamente governante. Essa abordagem sugere, dessa maneira, que a política estatal é o campo no qual as classes e frações podem lograr benefícios quase ou exclusivamente econômicos, enquanto o aparelho estatal, separado da política estatal, seria o campo no qual as classes e frações poderiam lograr benefícios quase ou exclusivamente políticos.

O marxismo não se confunde com a teoria das elites

A análise das classes sociais e, em especial, das classes dominantes realizada por Nicos Poulantzas difere bastante das demais. Na polêmica com Miliband, Poulantzas talvez tenha sugerido que a questão da utilização do conceito de classe dominante ou de elites é meramente política, quando afirma que: "Os conceitos e noções nunca são inocentes e empregando as noções do adversário para lhe retorquir conferimos-lhes legitimidade e permitimos a sua persistência" (1975, p. 12). Cabe-nos ressaltar aqui que sua análise crítica do conceito de elites não para por aí, ele também apresenta algumas das implicações teóricas desse conceito, quando sustenta que um conceito ou noção só adquire significado quando "integrado numa problemática teórica global que o institui".

Para Poulantzas, a problemática das elites dissolve os conceitos de classes sociais, de Estado, e da relação entre ambos, na ideia de relações interpessoais dos indivíduos, resultando naquilo que o autor denominou de "problemática do sujeito". Nesta, "os agentes de uma formação social, 'os homens', são considerados não como os 'suportes' de instâncias objetivas (como para Marx), mas sim como o princípio genético dos níveis do todo social" (Poulantzas, 1975, p. 14). Assim, em vez de analisar a distribuição dos agentes em classes sociais e suas contradições a partir de "coordenadas objetivas", a "problemática do sujeito" atém-se a "explicações *finalistas* fundadas nas *motivações do comportamento* dos atores individuais" (Poulantzas, 1975, p. 14). Portanto, a rejeição de Poulantzas do conceito de elite para qualificar os grupos sociais que exercem poder nas sociedades humanas, não é só política, mas, sobretudo, teórica.

O conjunto articulado de conceitos desenvolvidos ou aplicados por Poulantzas (1971) permite à sua análise superar a concepção economicista de classe social e, em decorrência, a análise binária das classes sociais. Isso significa que não só o nível econômico, mas

também os níveis político e ideológico exercem um papel importante na definição das classes. Os níveis político e ideológico, por sua vez, não podem ser tomados como simples epifenômenos do econômico. Aqui, cumpre-nos ressaltar que, embora Poulantzas faça alusão às noções de "determinação em última instância" e "dominância" para a caracterização do modo de produção em geral e particulares, retemos nesta análise – seguindo a reflexão de Saes (1994b) – a ideia de que essas noções deixam de ser operacionalizáveis para a análise do funcionamento reprodutivo do todo social, uma vez que, nesse nível, a ideia de implicação recíproca ou condicionamento recíproco das instâncias adquire centralidade. Isso "significa que cada instância se configura como condição necessária à reprodução das demais instâncias" (Saes, 1994b, p. 46). Desse modo, se admitimos que as instâncias estruturais condicionam-se reciprocamente, parece ser inócuo definir o conceito de classe social apenas no nível econômico.

Essa caracterização das classes sociais permite a Poulantzas discutir os fracionamentos mais variados no interior da burguesia. Cabe-nos destacar, no entanto, que uma fundamentação do fracionamento da classe dominante nem sempre se encontra bem explicitada na análise de Poulantzas. A propósito, podemos indicar que em seus escritos há duas explicações principais para o fracionamento da burguesia: a primeira diz respeito ao fato de haver nas sociedades complexas uma diversificação de atividades econômicas, a segunda refere-se aos efeitos da estrutura jurídico-política os quais induzem a agregarem-se em uma ação política os setores sociais especializados em determinadas atividades econômicas.[9]

A ideia de fracionamento de classe faz com que Poulantzas recuse a caracterização da classe social como um todo homogêneo. Contudo, é o conceito de bloco no poder que permite à análise poulantziana superar essa visão – que, no estudo da classe burgue-

9 Para uma análise do problema do fracionamento da classe dominante, ver Farias (2004).

sa, não estabelece nenhum tipo de hierarquização entre as frações dessa classe. Esse conceito permite entrever que a classe dominante, a burguesia, possui um interesse geral comum – a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria –, mas esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a existência de uma unidade contraditória com a dominante. Essa dominância é resguardada para uma das frações que compõem o bloco no poder. Ou ainda: a aliança de várias classes e frações dominantes

> (...) só pode funcionar regularmente sob a direção de uma dessas classes ou frações: é a fração hegemônica, aquela que unifica, sob sua direção, a aliança no poder, ao assegurar o interesse geral da aliança, e aquela em particular que o Estado garante, por excelência, os interesses específicos (Poulantzas, 1972a, p. 43).

É importante ressaltar, como observa Poulantzas, que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder não corresponde necessariamente à classe detentora do aparelho de Estado, em que se recrutam os membros da alta cúpula do Estado. Operando com essa distinção entre fração hegemônica e classe detentora do Estado, o autor desmitifica a visão elitista acerca dos grupos detentores de poder nas sociedades capitalistas, à medida que indica que a correspondência existente entre os interesses da fração hegemônica e a política estatal não está fundada na ocupação dos altos postos de comando no aparelho de Estado. Ou melhor, a classe só se configura como dominante se seu interesse político geral for garantido pelo Estado. Esse não é o caso da classe detentora do aparelho de Estado, uma vez que ela "não se constitui em classe dirigente ou elite política que detenha o poder político, ao mesmo

tempo em que as classes proprietárias detêm o poder econômico" (Saes, 1994a, p. 18).

O conceito de classe ou fração hegemônica também se distingue do conceito de classe ou fração reinante "cujos partidos políticos se encontram presentes nos lugares dominantes da cena política" (Poulantzas, 1971, p. 85-86). Ou seja, Poulantzas distingue aqui o lugar do campo das práticas políticas[10] do campo da cena política. Assim, mudanças no interior do bloco no poder não produzem efeitos necessariamente sobre a cena política. Do mesmo modo, mudanças no sistema partidário podem não interferir na dinâmica das relações que compõem o bloco no poder. Ainda: "pode acontecer que a classe ou fração *hegemônica* do bloco no poder *esteja ausente* da cena política" (Poulantzas, 1971, p. 86). Ou, como salienta Saes (1994a, p. 18), "a classe reinante não coincide, necessariamente com a classe dominante. Mas isso não significa (...) que tal classe se constitua em elite detentora do poder político, separado este do poder econômico exercido pelas classes proprietárias". Concebendo o Estado burguês como o organizador da luta política da burguesia em geral e da hegemonia política de uma determinada fração burguesa em particular, poderíamos concluir que a classe ou fração hegemônica não necessita de um partido político para exercer sua hegemonia em determinada formação social. Ou, como já observou Gramsci, o Estado é o partido da burguesia, o que, na prática, significa que as classes dominantes não necessitam de associações sindicais ou partidos políticos para

10 Sobre a especificidade da prática política, Poulantzas (1971, p. 40-41) sustenta o seguinte: "Esta prática tem por *objeto específico* o 'momento atual', como dizia Lênin, isto é, o *ponto nodal onde se condensam as contradições* dos diversos níveis de uma formação nas relações complexas regidas pela sobredeterminação, pelos seus defasamentos e desenvolvimento desigual. (...) a prática política tem como objeto simultaneamente o *econômico*, o *ideológico*, o *teórico* e *'o' político* em sentido estrito (...) A prática política é o 'motor da história' na medida em que o seu *produto* constitui afinal a *transformação* da unidade de uma formação social, nos seus diversos estágios e fases".

ter seus interesses sociais garantidos pela política estatal. Historicamente, o que se pôde observar é que a criação de organismos políticos de representação de interesses da burguesia ocorreu não apenas em virtude do confronto de interesses com as demais classes, mas, sobretudo, como mecanismo preventivo de ação política, dado o avanço organizacional das classes subalternas em sindicatos, partidos e associações.

No tocante ainda à contribuição de Poulantzas para a teoria das classes sociais, talvez fosse interessante discutir a tese desse autor segundo a qual uma classe pode ser economicamente dominante sem ser, no entanto, politicamente dominante. Saes (1994a, p.18) observa que, com essa tese, Poulantzas abandona a ideia de "causação recíproca" entre o poder econômico e o poder político, isto é, deixa de propor uma idéia central presente na obra *Poder político e classes sociais*: "a cumulatividade (sem determinação) das condições de classe economicamente dominante e de classe politicamente dominante".[11] Saes salienta que essa formulação enfraquece ou contradiz a crítica poulantziana à teoria das elites:

> ele [Poulantzas] converge para a tese fundamental da teoria das elites, segundo a qual não há correlação invariante, na sociedade contemporânea, entre grupo politicamente dirigente e classe economicamente dominante (1994a, p.18).

Polemizando essa crítica levantada por Saes, poderíamos indagar se Poulantzas, quando se refere a tal disjunção, está tratando do funcionamento reprodutivo de uma sociedade capitalista – como sugere a crítica de Saes – ou de uma sociedade de transição, na qual ocorre um "equilíbrio de modos de produção". No nosso entendimento, Poulantzas tende a aplicar a ideia de disjunção de classe economicamente dominante e classe politicamente domi-

11 Saes emprega a ideia de cumulativo no sentido de correlação entre os exercícios do poder econômico e do poder político.

nante às sociedades de transição do feudalismo para o capitalismo. O exemplo histórico utilizado por Poulantzas é o da Inglaterra, no período anterior a 1688, quando a burguesia configurava-se como a classe economicamente dominante, enquanto a nobreza fundiária lograva a posição de classe politicamente dominante. Há, nesse sentido, um equilíbrio entre duas classes de modos de produção distintos e a caracterização de uma sociedade de transição, o que, a nosso ver, não contradiz, nem enfraquece a crítica poulantziana à teoria das elites.[12]

Não é nosso interesse central aqui discutir a relação entre poder político e poder econômico na transição do feudalismo para o capitalismo ou na transição em geral de um modo de produção para outro, ou ainda, não é o objetivo de nosso trabalho discutir a lógica de transição. Nosso objetivo principal é discutir a relação entre poder político e poder econômico segundo a lógica de reprodução capitalista. Nesse caso, é preciso destacar, ainda que de modo indicativo, que, a despeito de a correlação entre o poder econômico e o poder político ser um dos elementos centrais para que se entenda essa reprodução, isso não significa que essa lógica não comporte *situações excepcionais* nas quais possa haver uma defasagem entre os dois poderes, em um breve período, cuja tendência seja a de restabelecer a cumulatividade dos poderes econômico e político num momento posterior – ou seja, situações como essas diferem bastante daquelas em que o bloco no poder possui maior coesão interna e durabilidade.

Cabe-nos observar que, na análise poulantziana, o problema das situações excepcionais não é tratado de modo sistemático. Isso nos leva à tarefa de tentar articular o que aparece de forma frag-

12 A tese segundo a qual as formas absolutistas do Estado do período da acumulação primitiva, portanto, precedente à revolução política ocorrida na Inglaterra em 1640 e na França em 1789, teriam desembocado num equilíbrio de forças em duas classes distintas, que constituíam a classe dominante da época, foi também desenvolvida por Poulantzas em texto anterior à obra *Poder político e classes sociais*, ver Poulantzas (1966).

mentada em sua obra. Assim, poderíamos indicar duas situações excepcionais em que se configura a defasagem entre os poderes político e econômico. A primeira situação refere-se à *conjuntura de instauração de uma nova hegemonia política*, na qual a nova força hegemônica ainda não detém a preponderância econômica. Nesse caso, essa força hegemônica fará uso de sua hegemonia política para conquistar a prevalência econômica. Numa conjuntura como essa, abre-se a possibilidade de frações menos poderosas da classe dominante exercerem, por um breve tempo, a hegemonia política do bloco no poder.[13] A segunda situação diz respeito à *conjuntura de crise hegemônica*, na qual a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política, que passa a ser exercida sob a forma de condomínio entre as várias frações da classe dominante. Configura-se, então, o que poderíamos chamar, de acordo com Poulantzas (1972b), de "instabilidade hegemônica" e, num momento posterior, uma etapa de "incapacidade hegemônica" em sentido estrito, ou seja, a situação na qual nenhuma classe ou fração hegemônica economicamente consegue impor a sua hegemonia política às outras classes e frações que compõem o bloco no poder.[14]

Em termos gerais, sustentamos que, ao centrar a análise nos interesses sociais priorizados pela política estatal como forma de identificar as classes sociais que ocupam o lugar dominante na sociedade capitalista, Poulantzas releva três aspectos fundamentais negligenciados pela teoria das elites e apresentados de modo ambíguo pelo marxismo inspirado na teoria das elites: a) *o conteúdo das chamadas decisões mais importantes*, isto é, o que define uma classe como dominante é a sua capacidade de realizar seus interesses específicos, não a ocupação de altos cargos; b) a *não existência do sujeito de poder ou classe governante*, o que significa que nenhu-

13 Sobre isso, ver Saes (2001, p. 161-162).

14 Ver, em especial, Poulantzas (1972b, parte III).

ma classe ou fração de classe pode ter todos seus interesses imediatos integralmente contemplados – se assim fosse, não faria sentido tratar o Estado como organizador da unidade da luta política da burguesia, uma vez que, ou não haveria fissuras intestinas entre as frações dessa classe, ou, o que é correspondente a isso, a burguesia seria concebida como um todo monolítico; c) *a correlação entre poder político e poder econômico*, lembrando que a defasagem entre um e outro só ocorre em situações excepcionais, as quais colocam em xeque, por um breve período, a coesão interna e duradoura do bloco no poder.

Diante do exposto, seria oportuno indagar se a noção de elite é, em algum sentido, operacional para a análise marxista dos processos políticos contemporâneos. Consideramos que na problemática marxista, quando nos referimos às relações de poder, tratamos de relações de classe e, portanto, de relações entre classes sociais em luta. Não há, nesse sentido, espaço para se pensarem os conflitos intraelites. Ou ainda, seguindo a argumentação de Poulantzas (1971), afirmamos que as relações de poder constituem uma relação específica, não geral, de dominação e subordinação das práticas de classe. Assim, o conceito de poder é definido como a capacidade de determinada classe de realizar pela sua prática os seus "interesses objetivos específicos", em oposição às demais classes (Poulantzas, 1971). Essas relações de poder são passíveis de configuração como relações funcionais ou disfuncionais para a reprodução do todo social. No primeiro caso, teríamos o estabelecimento de relações conflituais, cujo limite seria o de promover mudanças na estrutura e na composição de classes ou na organização da hegemonia de classe no seio do bloco no poder – o que nos permitiria periodizar, em fases e estágios, o funcionamento reprodutivo do todo social. No segundo caso, configurar-se-iam relações de antagonismo entre as classes, implodindo-se o condicionamento recíproco dos níveis do todo social e tornando-se possível, assim, a transição de um tipo de sociedade para outro.

O que é essencial frisar é que o poder não é concebido aqui como uma estrutura. As relações de poder inscrevem-se no quadro das práticas de classe, na luta de classes, ou melhor, o conceito de poder "indica os efeitos da estrutura sobre as relações conflituais entre as práticas das diversas classes em 'luta'" (Poulantzas, 1971, p. 114). Esse conceito não remete a apenas um dos níveis estruturais, o político, por exemplo, mas engloba o efeito do conjunto desses níveis. Isso significa que nenhum nível estrutural implica relações de poder e que tais relações estão diretamente ligadas às relações conflituais entre as classes.

Nessa perspectiva, não há espaço para se pensar numa possível disjunção de poderes e, em decorrência, na substituição da noção de classe dominante pela noção de elite, visto que as relações de poder não só englobam o conjunto dos níveis estruturais (político, econômico e ideológico) como também se definem, na análise poulantziana, estritamente como relações de classe. A noção de elite utilizada para descrever o poder político de modo separado do poder econômico seria inadequada nessa problemática teórica. Enfim, caso consideremos a noção de elite operacional para a análise dos processos políticos contemporâneos, correremos o risco de esvaziar o sentido específico das relações de poder e de corroborar o processo de subsunção da teoria marxista – enquanto teoria da reprodução e da transformação social – à ideologia teórica dominante, a qual se vale de diversos mecanismos para aplastar a perspectiva de compreensão dos fenômenos sociais em termos de conflitos de classe.

Referências bibliográficas

Althusser, Louis. *Pour Marx.* Paris: La Découverte, [1965], 1986.

_____. *Sobre o trabalho teórico*: dificuldades e recursos. Lisboa: Presença, [1967], s/d.

Boito Jr. Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – acerca de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 15, 2002.

Bottomore, Tom B. A elite administrativa. In: *As classes na sociedade moderna.* (2ª. ed.) Rio de Janeiro: Zahar, [1965] 1978.

_____. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 1974.

Codato, Adriano Nervo; Perissinotto, Renato. O Estado como instituição. Uma leitura das 'obras históricas' de Marx. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 13, 2001.

Domhoff, G. William. *Quién gobierna Estados Unidos?* (14. ed.). México (DF): Siglo Veintiuno, 1985.

Farias, Francisco Pereira. Sobre a questão das frações de classe dominante. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 1, 2004.

Miliband, Ralph. Análise de classes. In: Giddens, Anthony; Turner, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, [1987] 1999.

_____. *Socialismo & ceticismo*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Unesp, [1994] 2000.

_____. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, [1969] 1972.

Mills, Charles Wright. *The power elite*. New York: Oxford University Press, [1956] 1959.

Parsons, Talcott. The distribution of power in American society. *World politics*, n. 1, v. 10, out. 1957.

Poulantzas, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: Poulantzas, Nicos; Miliband, Ralph. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, [1969] 1975.

_____. Les classes sociales. *L'homme et la societé*, Paris, n. 24-25, 1972a.

_____. *Fascismo e ditadura*: a III Internacional face ao fascismo (vol. 1). Porto: Portucalense Editora, 1972b.

_____. *Poder político e classes sociais* (vol. I). Porto: Portucalense, [1968] 1971.

_____. La thèorie politique en Grande-Bretagne. Les Temps Modernes, Paris, n. 238, mar., 1966.

Saes, Décio. Estado e classe dominante. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 12, 2001.

_____. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, 1994a.

_____. Marxismo e história. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 1, 1994b.

Schumpeter, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, [1950], 1984.

Sweezy, Paul. Elite do poder, ou classe dominante? [1956]. In: *Ensaios sobre o capitalismo e o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965a.

_____. A classe dominante norte-americana [1951]. In: *Ensaios sobre o capitalismo e o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965b.

Therborn, Göran. *Como domina la clase dominante?*. México (DF): Siglo Veintiuno, [1978] 1982.